

27 **TRAJETÓRIA E DESAFIO: UM PANORAMA DO ABORTO DA AMÉRICA  
LATINA E A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO DO CORPO FEMININO  
CONFROTADO COM O FUDAMENTALISMO RELIGIOSO**

**TRAJECTORIES AND CHALLENGES: NA OVERVIEW OF ABORTION IN LATIN  
AMERICA AND THE SEARCH FOR EMANCIPATION OF THE BODY IN  
CONFLICT WITH RELIGIOUS FUNDAMENTALISM**

Daniela Paiva de Oliveira

Gabrielly de Souza da Costa Mesquita

Iris Campos Nogueira

Amanda Muniz Oliveira

**Palavras-chave:** Justiça reprodutiva; América latina, legalização do aborto; Estado laico; Descriminalização do aborto.

**RESUMO**

Este trabalho busca traçar um panorama das questões referentes a temática do aborto, das lutas feministas e da busca pela emancipação do corpo feminino nas múltiplas perspectivas latinas, buscando as convergências, diferenças, inconsistências e desdobramentos acerca do tema. Sendo a América Latina composta por países colonizados, majoritariamente, por nações ibéricas guardam muitas similaridades históricas e socioculturais.

Enquanto convergência entre os países latino-americanos evidencia-se - além do patriarcado, machismo e conservadorismo- a figura do Fundamentalismo Religioso como grande protagonista do debate. Apesar da imperativa noção que a proibição não torna o aborto impraticável, os países seguem consoantes aos ditames católicos e cristãos neopentecostais na elaboração ineficaz de políticas públicas de saúde e no obscuro controle e condicionamento da sexualidade e capacidade reprodutiva da mulher.

Para além do Brasil e de outros sete países, onde o aborto é proibido mediante exceções de estupro e risco para a mulher, a América Latina conta com cinco países onde o aborto é totalmente proibido e onze países onde o aborto é legalizado ou descriminalizado. O presente trabalho visa analisar as trajetórias destas conquistas feministas frente ao trabalho realizado no país mais povoado da América Latina e a ADPF a ser votada ainda em 2023 pelo Supremo

Tribunal Federal brasileiro e quais as expectativas da classe para o avanço do debate no país.

Imergindo ao debate, entende-se que países de raízes escravocratas como o Brasil em que mulheres pretas tiveram seus corpos violados, abusados e não eram enxergadas dignamente sequer como mulheres- carregam ainda hoje uma herança de violência que implica na desconsideração destas como mães legítimas, corroborando na manutenção da discriminação entre mulheres vistas enquanto mães legítimas e as que não são enxergadas dessa maneira, questão sempre analisada a partir de uma perspectiva crítica em relação a Justiça Reprodutiva no presente trabalho. Afinal, enquanto mulheres brancas lutam para serem respeitadas e terem o seu direito ao aborto, mulheres pretas também resistem no combate para serem compreendidas como pessoas de direito e aptas a terem filhos.

Além disso, dentro do panorama político brasileiro assistimos nos últimos anos um acirramento de movimentos reacionários e teocráticos, representamos sobremaneira através da bancada evangélica no legislativo. Fundada em um discurso religioso e ignorando completamente a laicidade do Estado, eles atacam o direito ao aborto até mesmo em situações já descriminalizadas como em gravidezes causadas por estupro.

Intrínseco a esse debate é o caso da menina de 10 anos que teve seu direito ao aborto negado no Espírito Santo em 2020. A gravidez da criança enquadra-se em duas hipóteses legais autorizadas: ser fruto de violência sexual e a gestação oferecer risco de vida; contudo, mesmo após comando da justiça local, os profissionais de saúde recusaram-se a interromper a gravidez. Após fato, claramente marcado por uma violência institucionalizada aos direitos humanos, a sociedade civil aliada aos movimentos feministas defendeu a legalidade do processo. Sendo assim, fortaleceu-se a ideia de que o aborto se trata de uma problemática de saúde pública com necessários avanços.

Portanto, considera-se que este trabalho tem como seu principal objetivo relatar as experiências feministas em relação à luta pela emancipação do corpo feminino e a descriminalização do aborto na América Latina, apontando como as questões culturais e socioeconômicas tendem a ter influência direta nos direitos abortivos e em pautas de justiça reprodutiva.

## REFERÊNCIAS

RUIBAL, Alba M.. Desafios e oportunidades para o acesso ao aborto legal e seguro na América Latina a partir dos cenários do Brasil, da Argentina e do Uruguai. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220141405>.

GALLI, Beatriz. Desafios e oportunidades para o acesso ao aborto legal e seguro na América Latina a partir dos cenários do Brasil, da Argentina e do Uruguai. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00168419>.

ROSENDO, Daniela. DIREITO À VIDA E À PERSONALIDADE DO FETO, ABORTO E RELIGIÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO: MULHERES ENTRE A VIDA E A MORTE. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1677-2954.2015v14n2p300>.

RUIBAL, Alba M.. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/sMhqnm8cs9rBNPGjPSGQhNq/?lang=pt&format=pdf>.